

CONTRIBUIÇÃO PARA A CONSTRUÇÃO DO CONCEITO DE MOVIMENTOS SOCIOTERRITORIAIS E ANÁLISE DAS DISSENSÕES E FORMAÇÃO DO “MST DA BASE” NO PONTAL DO PARANAPANEMA

José **SOBREIRO FILHO**¹

Resumo: Este trabalho é resultado de um conjunto de esforços que buscam refletir acerca da produção geográfica sobre a construção do conceito movimentos socioterritoriais. O uso de conceitos importados de outras ciências traz consigo limitações. Portanto, trabalhamos na construção do conceito de movimentos socioterritoriais para privilegiar a relação sujeito-espaço/território e o método geográfico. Além da construção conceitual visamos compreender outros processos que levam à formação e organização de novos movimentos com desdobramentos no território. Por isso, nas últimas duas décadas o processo de dissensão nos movimentos camponeses se tornou parte importante para se compreender a questão agrária. O Pontal do Paranapanema se destaca no âmbito nacional por ser uma região com histórico de grilagem, diversidade e intensa atuação dos movimentos socioterritoriais. A chegada do MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra no ao Pontal do Paranapanema em 1990 propicia um marco para luta pela terra na região por contestar a legitimidade e posse da terra. No transcorrer dos anos,

¹ Pesquisador de Iniciação Científica do NERA – Núcleo de Estudos Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária e atualmente é Bolsista pela FAPESP – Fundação de Amparo a Pesquisa no Estado de São Paulo com a pesquisa “Os MST’s do Pontal do Paranapanema: dissensão na formação de movimentos camponês”. Email: sobreirounesp@gmail.com

diferenças políticas internas quanto aos princípios, as formas e as práticas de conduzir e realizar a luta pela terra acarretou em dissidências como o MAST – Movimento dos Agricultores Sem-Terra e o MST da Base liderado por José Rainha Junior.

Palavras-Chave: Movimentos socioterritoriais, Dissensão, “MST da Base”, Pontal do Paranapanema, Geografia, Sociologia.

Resumen: Se presenta el resultado de un conjunto de esfuerzos que buscan reflexionar sobre la construcción del concepto movimientos socioterritoriales en la producción geográfica reciente. El uso de conceptos importados de otras ciencias trae consigo limitaciones, por tanto, se trabaja en la construcción del concepto movimientos socioterritoriales para destacar la relación sujeto-espacio/territorio así como la aplicación del método geográfico en su interpretación. Además de la construcción conceptual se busca comprender otros procesos que llevan a la formación y organización de nuevos movimientos que se desenvuelven en el territorio. Así, en las últimas dos décadas el proceso de disensión en los movimientos campesinos se convirtió en parte importante para comprender la cuestión agraria. El Pontal del Paranapanema se destaca en el ámbito nacional por ser una región con histórico de robo de tierras y diversidad e intensa actuación de los movimientos socioterritoriales. La llegada de los Movimientos de los Trabajadores Rurales sin Tierra – MST, al Pontal del Paranapanema en 1990, propicia un marco para la lucha por la tierra por ir en contravía a la legitimidad de su propiedad. Con el pasar de los años, las diferencias políticas internas en cuanto a los principios, las formas y las prácticas de conducir y realizar la lucha por la tierra, origino disidencias como el Movimiento de los Agricultores Sin Tierra (MAST) y el MST de la Base liderado por José Rainha Junior.

Palabras-Claves: Movimientos socioterritoriales, Disensión, Pontal do Paranapanema, Geografia, sociologia

INTRODUÇÃO

Este artigo é produto da pesquisa sobre a dissensão na formação dos movimentos socioterritoriais camponeses durante o período de 1988-2008 desenvolvida no NERA – Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária. Visamos compreender os vínculos, a diversidade e as divergências político-ideológicas dos movimentos socioterritoriais na região do Pontal do Paranapanema de modo que evidencie quais seus impactos e influência na transformação da configuração territorial do Pontal do Paranapanema.

O paralelo traçado entre a sociologia e a geografia quanto à contribuição para a construção do conceito de movimentos socioterritoriais justifica-se pela necessidade de leituras geográficas do conhecimento e trabalhar com conceitos coerentes ao método geográfico. As limitações do conceito de movimentos sociais importado da sociologia para o estudo geográfico por si só fundamentam a necessidade da construção do conceito de movimentos socioterritoriais que enfoque a relação sujeito-território.

Em sua totalidade os movimentos são compreendidos como agentes criadores e re-criadores de espaços e territórios. A dissensão é parte fundamental nesta pesquisa por possibilitar-nos vislumbrar as divergências, diferenças e os vínculos político-ideológico e por ser a ação ruptora, que, na maioria dos casos, criam novos projetos políticos e modos de criação e re-criação do território sob diferentes tendências políticas materializadas nas práticas e métodos de luta e resistência. Deste modo, sendo a dissensão um fato importante na luta pela terra por marcar a diversidade dos movimentos e seu estudo contribui, por excelência, para a construção de uma tipologia dos movimentos socioterritoriais.

A GEOGRAFIA E A SOCIOLOGIA: VISÕES DIFERENCIADAS SOBRE UM MESMO OBJETO (MOVIMENTOS SOCIOTERRITORIAIS E MOVIMENTOS SOCIAIS)

Nosso desafio neste trabalho é contribuir na construção do conceito de movimentos socioterritoriais e fazer um diálogo entre a sociologia e a geografia para vislumbrar a representatividade e coerência do conceito. Para a elaboração deste trabalho, utilizamos como principais referenciais teóricos o livro “Sociologia e Geografia” de Pierre George (1969), a tese de doutorado em geografia “Movimentos Socioterritoriais: Uma contribuição Conceitual à Pesquisa Geográfica” (2009) de Nelson Rodrigo Pedon, os livros “Teoria dos Movimentos Sociais” (1997) e “Movimentos Sociais e Redes de Mobilizações Civas no Brasil Contemporâneo” (2010) da socióloga Maria da Glória Gohn, o livro “A Natureza do Espaço” de Milton Santos (2008) e o artigo “Movimentos socioterritoriais e movimentos socioespaciais: contribuição teórica para uma leitura geográfica dos movimentos sociais” (2005) do geógrafo Bernardo Mançano Fernandes².

O desafio desse trabalho vai além de uma reflexão sobre o esforço realizado por ambas as ciências para se compreender os movimentos sociais/socioterritoriais, realizar um debate sobre a diferença das abordagens da geografia e da sociologia sobre um mesmo objeto. Milton Santos (2008) em sua obra “A Natureza do Espaço” ao fazer um debate interessante sobre o “Objeto geográfico” realizando uma diferenciação entre o objeto da sociologia e o da geografia afirma que *“De um ponto de vista epistemológico, as mesmas coisas seriam, de um lado, objetos sociais e, do outro, objetos geográficos”* (SANTOS, 2008, p. 77) (Grifo nosso). Assim, nosso objetivo é de contribuir para a

² Professor Dr. do Departamento de Geografia da Universidade Estadual Paulista *campus* de Ciência e Tecnologia.

compreensão das diferenças destes estudos e para a construção do conceito de Movimentos Socioterritoriais com o qual nos identificamos.

Para dar início à discussão, o principal desafio é traçar um raciocínio lógico que permita ao leitor compreender a construção da abordagem da geografia sobre os movimentos sociais/socioterritoriais e que, nesse processo, explicita a valorização de uma leitura geográfica sobre o objeto, cujo objetivo é enriquecer o debate. Sob este intento, tomamos o devido cuidado para não ser negligentes quanto à contribuição da sociologia, a qual tem contribuído com a produção teórica sobre movimentos sociais muito utilizada na geografia, da mesma forma como a geografia contribui com a sociologia, conforme observamos no trabalho de Gohn, 2010, p. 143. Neste sentido, compreendemos que a discussão feita pela geografia sobre movimentos sociais necessita de análises geográficas mais aprofundadas. Essa limitação deve-se ao fato de que alguns trabalhos na geografia não conseguem ir além de uma mera e superficial leitura sociológica. A respeito das pesquisas sobre movimentos sociais é fato que a visão geográfica está muito menos consolidada que a sociológica.

A princípio devemos nos ater à compreensão das diferenças, semelhanças e interpenetrações das duas ciências para entendê-las em suas especificidades e totalidades. Para o geógrafo George (1969), que é uma referência importante acerca das diferenças entre estas duas ciências, a geografia é compreendida como uma ciência que “...ultrapassa o âmbito das demais ciências humanas, inclusive a sociologia, definindo-se como pesquisa de todas as correlações e causalidades relativas à situação atual e às vitalidades dessas coletividades” (1969, p. 12) (Grifo nosso). Sua compreensão é ampla e evidencia o caráter interdisciplinar da ciência geográfica. Ainda na concepção de George (1969), fica evidente que a interpenetração de ambas as ciências quanto ao objeto de análise:

Se o objeto da sociologia é a composição e o comportamento de grupo, há coincidências com o interesse geográfico na medida em que uma contribuição é dada para a caracterização de um grupo que o estudo geográfico pode projetar no espaço e por isso mesmo “cartografar” (GEORGE, 1969, p. 21)

Seu entendimento contribui no sentido de evidenciar até que ponto a sociologia pode estar presente na geografia e como a geografia pode se utilizar desse conhecimento para se realizar leituras do espaço. Outra contribuição quanto ao objeto da ciência geográfica é a de Santos (2008) que destaca o caráter de uma ciência que consubstancia aspectos físicos e humanos para a compreensão da totalidade:

Os objetos que interessam à Geografia não são apenas objetos móveis, mas também imóveis, tal uma cidade, uma barragem, uma estrada de rodagem, um porto, uma plantação, um lago, uma montanha. Tudo isso são objetos geográficos. Esses objetos geográficos são do domínio tanto do que se chama a Geografia Física como do domínio do que se chama a Geografia Humana e através da história desses objetos, isto é, da forma como foram produzidos e mudam, essa Geografia Física e essa Geografia Humana se encontram (SANTOS, 2008. p. 72).

Esses aspectos físicos e aspectos humanos imbricados em uma abordagem indissociativa confluem para a realização de uma análise de um objeto geográfico, que por isso se realiza de modo interdisciplinar (Santos, 2008; 1978). Mais adiante, na obra de Pierre George, o autor se atenta aos elementos fundamentais que são responsáveis por diferenciar ambas as disciplinas, sendo eles: o campo, os métodos e os conceitos (George, 1969) são entendidos como estruturantes para compreendermos o enfoque e os objetivos do estudo de ambas as ciências.

Se partirmos da concepção de Pierre George (1969) sobre os elementos que diferenciam ambas as disciplinas e a aplicarmos no estudo de movimentos sociais e na construção do conceito de movimentos socioterritoriais realizado pela geografia, estes elementos tomam forma e significado. A diferença de campo refere-se à área de estudo da sociologia, ou seja, ao estudo do fenômeno ou fato social de uma maneira verticalizada, enquanto a preocupação da geografia é de se realizar o estudo do homem, considerando o fenômeno social, com a natureza ou o meio de modo horizontalizado a partir dos aspectos físicos e humanos produzidos no espaço.

A diferenciação caracterizada pelo uso e aplicação de métodos, sendo eles: positivista ou hipotético dedutivo, materialismo histórico e fenomenológico ou hermenêutico (Spósito, 2004) contribuem para essa distinção devido às especificidades das ciências. Além desta diferenciação de métodos científicos o autor também suscita, assim como Santos (1985), a idéia de uma distinção de métodos e metodologias específicas de cada ciência, como o método sociológico e o método geográfico, nos quais os métodos já citados são aplicados considerando as especificidades de cada um no ramo das ciências humanas. Santos (2008) apresenta que as diferenças de abordagem referem-se à pontos de vista distintos estruturados pelos métodos:

A questão que se coloca é, pois, sobretudo, uma questão de método, isto é, da construção de um sistema intelectual que permita, analiticamente, abordar uma realidade, a partir de um ponto de vista. Este não é um dado em si, um dado a priori, mas uma construção. É nesse sentido que a realidade social é intelectualmente construída. Escrevendo nos anos 40, Le Lannou provocou um escândalo, ao dizer que a geografia era um ponto de vista, expressão, aliás, mais precisa que a idéia de uma geografia como “estado de espírito”, levantada por H. Baulig (1948). Parafrazeando o que B. Stiegler (1994, p. 44) escreveu, a propósito da

lingüística, “aqui é o ponto de vista que cria o objeto”.
(SANTOS, 2008. p. 77)

Nesse sentido, os conceitos, sendo eles: espaço, território, paisagem, lugar e região, são os norteadores da análise, ou seja, são estas categorias de análise que caracterizarão e determinarão o estudo, podendo qualificá-lo ainda mais como um trabalho geográfico relevante ou não.

Fato é que o método, o campo e os conceitos estão entrelaçados em todas as ciências e são providos de intencionalidades (Santos, 2008). Para entendermos esta intencionalidade, tomamos como foco a discussão sobre movimentos sociais e movimentos socioterritoriais que é o alvo central do debate. Ao falarmos sobre e movimentos socioterritoriais, a reação da maioria das pessoas é o questionamento “*mas por que movimentos socioterritoriais e não movimentos sociais?*” e “*qual a diferença entre movimentos sociais e movimentos socioterritoriais?*”. São estas perguntas que visamos sanar para que possamos romper com a rejeição do conceito e trabalhar com sua legitimação³.

Fato é que tanto no estudo sociológico quanto no estudo geográfico têm, por essência, objetivos diferentes. Enquanto a sociologia privilegia o estudo das relações, a geografia se preocupa com o estudo do espaço em sua totalidade (Santos, 1985), cabendo as devidas proporções quanto à verticalidade e horizontalidade dos estudos visto que a geografia e a sociologia trabalham com relações e espaços de acordo com seus métodos. Fernandes (2005) expõe a preocupação dos sociólogos na construção do conceito de movimentos sociais e a suas contribuições e limitações para com a geografia:

³ Essas questões norteiam a nossa base teórica para desenvolvermos essa pesquisa, pois buscamos contribuir então para esse debate de modo que os movimentos socioterritoriais possam ser mais que uma analogia a movimentos sociais e vice-versa.

Os sociólogos, na contribuição do conceito de movimento social, preocupam-se predominantemente com as formas de organização e com as relações sociais para explicar as ações dos movimentos. Essa é uma possibilidade, que contribui parcialmente para a compreensão dos processos sociais e geográficos (Fernandes, 2005, p. 30).

Deste modo, o que nós geógrafos advogamos é que partamos para uma análise geográfica do estudo dos movimentos (Fernandes, 2005; Pedon, 2009) se amparando no método e conceitos próprios da geografia, assim, evitando a secundarização do espaço e vir meramente a reproduzir estudos sociológicos como forma de uma pseudo-geografia.

Nossa visão parte do reconhecimento da necessidade de uma leitura geográfica para o próprio avanço da geografia (Santos, 1978)⁴. Com isso, poderemos afirmar que a diferença entre movimentos sociais e movimentos socioterritoriais é essencialmente relacionada aos métodos. Pedon (2009) evidencia e ressalta que essa diferença se refere às perspectivas:

O movimento social e movimento socioterritorial constituem um mesmo sujeito coletivo ou grupo social que se mobiliza para desenvolver uma determinada ação em defesa de seus interesses. Fernandes (2000) assevera que não se trata da existência de dois tipos de movimentos distintos: movimentos socioterritoriais e movimentos sociais. Desta forma, não existem um e outro. Existem movimentos sociais desde uma perspectiva sociológica e movimentos socioterritoriais ou movimentos socioespaciais desde uma perspectiva geográfica (FERNANDES, 2008). Ao nosso ver, o autor ressalta que sua proposta é marcadamente

⁴Milton Santos (1978) chama a atenção para a lenta evolução da geografia devido ao peso das velhas idéias. Este apego se reflete como involução na medida em que se demonstra cada vez menos capaz de explicar a realidade sob o enfoque geográfico (Ver p. 83-4 “Por uma nova geografia”).

epistemológica, ou seja, reside no campo do desenvolvimento de formulações, teorias e conceitos, destinados a realizar uma leitura geográfica da dinâmica social encetada pela luta de classes. (PEDON, 2009, p. 228)

Fica evidente que a existência de uma leitura geográfica respeita, valoriza e se vale do conhecimento e da produção da sociologia. Em momento algum há a idéia de anulação da outra ou de discordância, pois o objeto, o enfoque e a intencionalidade são os diferenciais nesta análise. De fato, o sujeito é o mesmo. A diferença esta no modo de ver e analisar as relações do movimento, sendo ela com o espaço geográfico e o território, em suas diversas dimensões (Econômica, Ambiental, Cultural, Social, Política e etc.), ou com a sociedade. Deste modo, o estudo do fenômeno social, realizado sob um olhar geográfico, torna-se o estudo do fenômeno socioespacial e ou socioterritorial (Fernandes, 2005).

Na visão da sociologia os movimentos são compreendidos como fenômenos, de modo que a relação sujeito-sujeito, ou seja, a relação social tem o papel principal na abordagem:

Os movimentos sociais são fenômenos históricos decorrentes de lutas sociais. Colocam atores específicos sob as luzes da ribalta e, períodos determinados. Com as mudanças estruturais e conjunturais da sociedade civil e política, eles se transformam. Como numa galáxia espacial, são estrelas que se acendem enquanto outras estão se apagando, depois de brilhar por muito tempo. São objetos de estudo permanente. Enquanto a humanidade não resolver seus problemas básicos de desigualdades sociais, opressão e exclusão, haverá lutas, haverá movimentos. E deverá haver teorias para explicá-los: esta é a nossa principal tarefa e responsabilidade, como intelectuais e cidadãos engajados na luta por

transformações sociais em direção a uma sociedade mais justa e livre (GONH, 1997, p. 20).

Tanto na abordagem sociológica quanto na abordagem geográfica estão presentes elementos similares. Neste caso a relação sujeito-sujeito, ou seja, a relação social é o que há em comum em tanto na abordagem sociológica quanto geográfica. O diferencial que justifica a construção do conceito de “movimentos socioterritoriais” parte da necessidade da geografia de realizar uma análise que vá além da leitura da relação sujeito-sujeito, passando para o patamar das relações sujeito-sujeito e sujeito-espaço/território.

Esta leitura indissociada da relação sujeito-espaço realizada pela geografia acerca dos movimentos socioterritoriais/sociais, por mais que seja interdisciplinar, não é comum nas tentativas de se definir o que seria um movimento social realizada pela sociologia justamente por não se realizar uma leitura multidimensional do homem com o espaço/território e quando realizada o espaço é secundarizado, via-de-regra considerado como um condicionante e não como um fator⁵, se atendo substancialmente às relações sociais, ou seja, na relação sujeito-sujeito, conforme podemos notar:

Acreditamos que um movimento social com certa permanência é aquele que cria sua própria identidade a partir de suas necessidades e seus desejos, tomando referentes com os quais se identifica outros igualmente carentes, excluídos ou sem direitos, reconhecimentos ou pertencimentos. Um movimento social não assume ou “veste” uma identidade pré-construída apenas porque tem uma etnia, gênero ou uma idade. Este ato configura uma política de identidade e não uma identidade de política. O reconhecimento da identidade política se faz no processo de luta, perante a sociedade civil e política; não se trata de um reconhecimento outorgado,

⁵ Santos (1985) apresenta o espaço como um fator da evolução social.

doado, uma inclusão de cima para baixo. (GONH, 2010, p. 31-2).

Em suas contribuições à pesquisa geográfica Pedon (2009) e Fernandes (2005) defendem a idéia de construção de uma autonomia que parta desde a proposta conceitual com o objetivo de se legitimar a análise geográfica através de um conceito *geograficizado* até o seu desenvolvimento para se metamorfosear de orientada para orientadora:

A proposta conceitual que busca firmar os movimentos no campo da leitura geográfica, redefinindo-os a partir do conceito de movimento socioterritorial, constitui um momento do desenvolvimento da geografia. Nesse processo de evolução, a geografia amplia sua “bagagem” e inverte sua posição no campo da pesquisa social. De orientada, busca assumir a função de orientadora. (PEDON, 2009, p. 228)

Nesse sentido a abordagem de Pedon (2009) conflui com a de Santos (2008) que advoga a idéia de uma abordagem geográfica e de um tratamento *geograficizado* do objeto de modo que as formulações conceituais dêem conta do todo e das partes como objetivo estrutural da geografia:

Não cremos, pois, que seja indispensável continuar buscando a definição de um objeto com existência separada, isto é, uma existência geográfica, um objeto geográfico em si. A partir do entendimento que tivermos do que deve ser objeto da disciplina geográfica, ficamos em condições de tratar, geograficamente, os objetos encontrados. Mas esta proposição restará tautológica, se não buscarmos as categorias analíticas que permitam rever o todo como realidade e como processo, como uma situação e como movimento. Trata-se de formular um sistema de conceitos (jamais um só conceito!) que dê conta do

todo e das partes em sua interação. Pensamos que nossa proposta atual de considerar o espaço geográfico como a soma indissolúvel de sistemas de objetos e sistemas de ações pode ajudar esse projeto. (SANTOS, 2008, p. 77)

A contribuição conceitual de Pedon (2009) se realiza de modo legítimo por visar o tratamento de um objeto sob um “olhar geográfico”, ou melhor, por tratar geograficamente o estudo dos movimentos sociais de modo que seja digno à ciência geográfica por reconhecer o valor socioespacial e socioterritorial do objeto sob o enfoque geográfico. Assim, o processo de metamorfose da ciência geográfica de orientada para orientadora torna-se legítimo e passa a contribuir para uma leitura geográfica no sentido de se valorizar os elementos estruturais para a diferenciação das disciplinas que Pierre George (1969) chamava a atenção: o campo, o método e os conceitos. Não se trataria nesse momento em se definir o lugar de cada uma das disciplinas no corpo das ciências humanas, mas sim em compreender quais os objetivos de cada ciência quanto aos seus métodos, metodologias, conceitos, objetos, abordagens e etc.

Portanto, deve-se ficar claro que a escolha da geografia pela construção do conceito de movimentos socioterritoriais dá-se pela necessidade de se fazer uma análise geográfica de um objeto em comum com a sociologia. Deve ficar claro, também, que os movimentos sociais e os movimentos socioterritoriais são os mesmos sujeitos vistos sob diferentes pontos de vistas, ou seja, um mesmo objeto compreendido sob o olhar geográfico ou sociológico em que a diferença está justamente na perspectiva de cada ciência.

Outro questionamento comum e fundamental para se compreender a proposição da geografia quanto à construção do conceito de movimentos socioterritoriais refere-se à amplitude do conceito e seu significado *in natura* que o diferencia de um movimento social. Para tanto, Fernandes (2005) nos apresenta uma leitura da multidimensionalidade do território, ou seja, da sua

totalidade, que na qual podemos distinguir e diferenciar uma abordagem de um movimento social, com uma visão mais unidimensional, e de um movimento socioterritorial com uma visão híbrida das dimensões, nas quais se destacam os conceitos de espaço e território. Sua abordagem faz-se pela tendência de nos últimos anos diversas áreas do conhecimento adotarem o conceito de território como essencial em suas análises.

A utilização do conceito de território por parte das outras ciências torna-se um problema, pois muitas vezes se dá de modo unidimensional conforme apresenta Fernandes (2005):

A compreensão do território como espaço unidimensional trata-o como um setor, chamando-o equivocadamente de território. Essa é uma prática muito comum na implantação dos denominados projetos de “desenvolvimento territorial”. (Fernandes 2005, pg. 28)

Em muitos casos o conceito de Território é tratado e entendido como sinônimo de espaço, ou em casos extremos o território é visto sob forte viés econômico ou social. Muitos desses erros devem-se a uma visão fragmentada da realidade e pelo fato de que a intencionalidade leva o pesquisador a totalizar erroneamente a dimensão do espaço a qual estuda conforme Fernandes ressalta:

É importante reforçar que o espaço como fragmento ou fração é uma representação, construída a partir de uma determinação interagida pela receptividade, constituída por uma relação social. Essa representação exige uma intencionalidade, ou seja, uma forma de compreensão unidimensional do espaço, reduzindo suas qualidades. Desse modo, apresentam o espaço político somente como político, o espaço econômico somente como econômico e o espaço cultural somente como cultural. Essa compreensão se efetiva, ainda que os espaços políticos, econômicos e culturais sejam

multidimensionais e completivos do espaço geográfico.
(Fernandes 2005, pg. 27)

Essa visão fragmentária do espaço contribui para a realização de uma leitura dos movimentos sociais/socioterritoriais fragmentada e unidimensional, ou seja, essa visão reforça a construção de uma visão insustentável por ser parcelaria e condenada ao fim por limitações crônicas. Nesse sentido, a visão sociológica do território caminha para o fim por se limitar a uma visão extremamente sociológica do espaço, contraditoriamente secundarizando-o, e cometendo o erro da totalização como a tida pelo sociólogo (Schneider, 2005). Santos (2008) refere-se aos equívocos no uso de conceitos da geografia utilizadas por outras disciplinas:

A. Giddens, num texto assassino (1984, 1987, PP. 433-434), criva os geógrafos de sarcasmo, ao reclamar que a sociologia teria muito a ganhar com a contribuição teórica vinda da geografia: os conceitos geográficos poderiam ajudar os sociólogos a incorporar em suas análises a realidade do espaço. Para Giddens, a falta de apetite dos geógrafos viria de fato de que estes se contentariam em acolher e utilizar a produção teórica dos sociólogos, responsável por avanços teóricos na geografia. Trata-se, na realidade, de um equívoco, conceitos em uma disciplina são freqüentemente apenas metáforas nas outras, por mais vizinhas que se encontrem. Metáforas são flashes isolados, não se dão em sistemas e não permitem teorizações.

Uma definição consistente do espaço geográfico não pode ser encontrada nas metáforas provindas de outras disciplinas. Nem os conceitos de espaço que essas disciplinas estabelecem podem passar, automaticamente, para a disciplina geográfica. Mesmo as idéias seminais de Einstein, como a da relatividade e a equivalência entre o campo e o espaço, necessitam de adequação, para se tornarem operacionais em

geografia. É a geografia que cabe elaborar os seus próprios conceitos, antes de tentar emprestar formulações de outros campos. (Santos, 2008. p. 87).

Entendemos que há contribuições recíprocas, porém devemos nos atentar às “adequações” necessárias para se fazer uso na geografia assim como nas demais ciências. Para evitar equívocos na compreensão do conceito de movimentos socioterritoriais é preciso esclarecer que o espaço social, ou seja, a dimensão social está contida no espaço geográfico, criado originalmente pela natureza e transformado continuamente pelas relações sociais (Santos, 2008), que produzem diversos outros tipos de espaços materiais e imateriais, como por exemplo: políticos, culturais, econômicos e ciberespaços (Fernandes 2005, p. 26).

Dentre as justificativas para a construção e uso do conceito de movimento socioterritorial que evidenciam a sua amplitude e o diferencia da abordagem feita aos movimentos como meros movimentos sociais é a visão multidimensional da geografia sobre o espaço em seu caráter *composicional* como aborda Fernandes (2005):

O espaço é parte da realidade, portanto, multidimensional. Para uma eficaz análise conceitual é necessário definir o espaço como composicionalidade, ou seja, compreende e só pode ser compreendido em todas as dimensões que o compõem. Essa simultaneidade em movimento manifesta as propriedades do espaço em ser produto e produção, movimento e fixidez, processo e resultado, lugar de onde se parte e aonde se chega. Por conseguinte, o espaço é uma completitude, ou seja, possui a qualidade de ser um todo, mesmo sendo parte. Desse modo, o espaço geográfico é formado pelos elementos da natureza também e pelas dimensões sociais, produzidas pelas relações entre as pessoas, como cultura, política e a economia. As pessoas produzem espaços ao se

relacionarem diversamente e são frutos dessa multidimensionalidade (Fernandes 2005, p. 26).

O último e mais relevante desafio que visamos resolver nesta parte é o de responder o questionamento sobre o que é um movimento socioterritorial? Qual a definição de movimentos socioterritoriais?

Os trabalhos de Fernandes (2005) e Pedon (2009) são contribuições importantes na criação, construção e definição deste novo conceito. Em seus esforços quanto às definições do conceito um movimento socioterritorial é aquele que tem o território como trunfo, como motivo de sua existência, em que todas as suas ações têm como finalidade a conquista de um território que pode ser uma casa (moradia), terra (lote de assentamento) e etc. Como exemplo temos os movimentos socioterritoriais urbanos que têm como objetivo, na maior parte dos casos, a conquista da moradia como, por exemplo, o MTST – Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto e os movimentos socioterritoriais camponeses que lutam por acesso à terra, resistência e melhores condições para a sua reprodução social como o MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, conforme Pedon (2009):

No que se refere aos movimentos socioterritoriais rurais, tem-se a luta pela terra como condição de acesso ao espaço da produção dos meios de existência, e a luta na terra como forma mais ampla de manutenção ou melhoramento dessas condições. Quando projetadas sobre o espaço, as ações intencionais o transforma em território, uma vez que ele passa a constituir espaço problematizado e disputado por diferentes grupos sociais. (Pedon, 2009. p. 190)

Na concepção de Pedon (2009) também se destacam as “ações intencionais” projetadas no espaço e a sua transformação em território, revelando assim o conflito como consequência deste

processo, que se materializam nas ocupações de terras e nas manifestações. Outra parte importante desse debate é o fato de que o território do movimento socioterritorial pode ser tanto material quanto imaterial, de modo que não há possibilidade de haver um território material sem o território imaterial, ou seja, o território imaterial pode existir sem um território material, mas para que o território material exista é condição inevitável a existência de um território imaterial como, por exemplo, as ideologias (Fernandes, 2009; Cubas, 2009).

Nesse sentido, é evidente que não existem movimentos sociais sem espaço. Todos os movimentos produzem algum tipo de espaço, mesmo não tendo o território como trunfo, por isso, o conceito de movimentos socioespaciais também se justifica (Fernandes, 2005). Do mesmo modo que alguns movimentos transformam espaços em territórios, sendo considerados ao mesmo tempo movimentos socioespaciais e movimentos socioterritoriais, também se territorializam e são desterritorializados e se reterritorializam carregando consigo suas identidades territoriais e territorialidades (Fernandes, 2009). Assim o território pode ser tanto o ponto de chegada ou onde se busca chegar quanto o de partida dos movimentos, isso dependendo da capacidade transformadora do movimento socioterritorial/social realizada por meio das ações políticas como as ocupações de terras que criam espaços de lutas (Sobreiro Filho, 2010), de socialização política, fortalece o território imaterial e conquistam territórios como os assentamentos rurais (Fernandes, 2000, 2005).

AS DISSENSÕES NOS MOVIMENTOS SOCIOTERRITORIAIS DO PONTAL DO PARANAPANEMA

As dissensões são rupturas políticas que marcam o desacordo com relações de poder instituídas coletiva ou

individualmente. Nos movimentos socioterritoriais, são responsáveis por criarem e recriarem formas de organização vinculadas às diversas tendências políticas. Essas rupturas ocorrem sob o foco de diferentes projetos políticos que propõem modos de reprodução social diferenciados e se pautam em objetivos distintos para o desenvolvimento da luta, conquista e manutenção do território.

O “ato” ou a “ação” é a dissensão, o fruto ou resultado desta ação é a dissidência e aquele que pratica ou praticou a ação é o dissidente. Na realidade dos movimentos socioterritoriais as dissidências ocorrem por divergências de opiniões, diferenças na prática e na forma de se fazer a luta e descumprimento com os princípios que regem os movimentos.

Deste modo, compreendemos que o estudo do processo de dissensão nos e dos movimentos socioterritoriais é parte importante para entendermos a dinâmica da luta pela terra e a sua diversidade política. Este processo que para nós ainda é um questionamento é, também, acima de tudo, resultado de diferentes projetos políticos muitas vezes criados por um grupo ou até mesmo indivíduos como os movimentos personalistas, tendo, por exemplo, o MAST (Feliciano, 1999; Lima, 2006), o MST da Base e outros (Sobreiro Filho, 2010).

Na ocorrência de uma dissensão em um movimento socioterritorial, formando dois grupos ou um novo grupo, um rompe com todos ou parte dos ideais estabelecidos no antigo grupo. Esse processo pode ser, também, resultado de alterações decididas pela maioria dos sujeitos participantes, que em alguns casos isso ocorre pela intenção de reformulação dos princípios cujas intenções são de aumentar a resistência afirmando os princípios ou de integração como o caso do MST da Base (Sobreiro Filho, 2010) e do MAST (Feliciano, 1999). Esta ação está relacionada à definição de objetivos diferentes que nortearão a vida cotidiana da luta, ou seja, as práticas e, provavelmente em alguns casos, se estenderão à gestão do próprio território dirigido pela lógica do Projeto Político do movimento socioterritorial,

quando este tiver estimado uma organização e planejamento dos modos e meios de produção como o MST (Fernandes, 1994, 1999; Feliciano 1999).

O Pontal do Paranapanema é uma das regiões onde ocorreram várias dissensões ao longo da luta pela terra. O MST – Movimento dos trabalhadores Rurais Sem Terra é o movimento com maior tempo de atuação na região e, por isso, o movimento do qual se iniciaram as dissensões. Segundo Fernandes (1999), em 1998 o MAST é criado pela social democracia se tornando a principal dissidência do MST na região. No transcorrer dos anos diversas dissensões foram acontecendo no interior dos movimentos socioterritoriais. O MAST se destaca por ter como dissidentes os movimentos: ARST – Associação Renovação Sem terra, MBUQT – Movimento Brasileiros Unidos Querendo Terra, MNF – Movimento Nova Força, MTV – Movimento Terra Viva, MTST – Movimento dos Trabalhadores Sem Terra e o Uniterra. No processo de luta alguns movimentos socioterritoriais se extinguem ou retornam para o movimento do qual foi originado como o MBUQT que dissindiu do MAST e mais tarde retornou (Lima, 2006).

Durante o período de 2000-2008, 23 movimentos socioterritoriais realizaram ocupações de terras no Pontal do Paranapanema. A variação do número de movimentos socioterritoriais que atuam por ano deve-se aos fluxos e refluxos da luta pela terra, ao aumento do registro das atuações pelo DATALUTA e ao processo de dissensão.

Como forma de representar espacialmente e identificar a atuação dos principais movimentos socioterritoriais no Pontal do Paranapanema elaboramos o mapa 1 com os seis movimentos mais atuantes.

**Quadro 1 – São Paulo – Número e nome de movimentos
socioterritoriais que realizaram ocupações por ano no Pontal no
período 2000 – 2008**

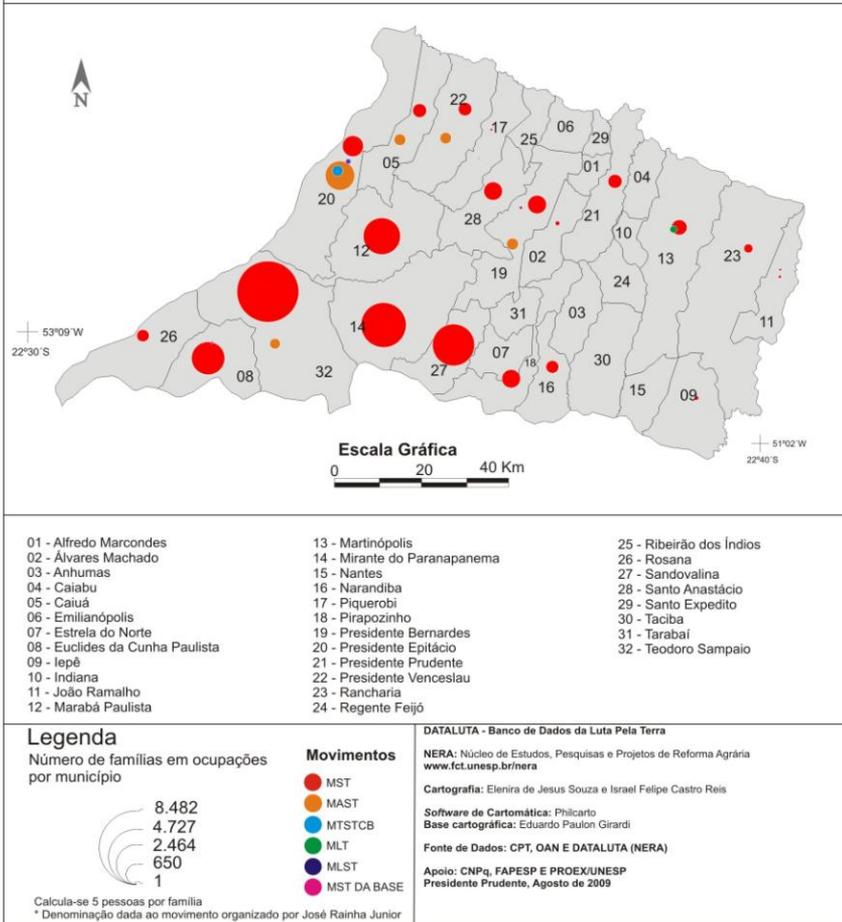
2000
3 Movimentos Socioterritoriais
FETRAF, MBUQT, MST
2001
1 Movimento Socioterritorial
MST
2002
3 Movimentos Socioterritoriais
MAST, MCST, MST
2003
4 Movimentos Socioterritoriais
MAST, MNF, MST, MTSTCB
2004
7 Movimentos Socioterritoriais
ARST, MAST, MPT, MST, MTB, MTV, MUST
2005*
4 Movimentos Socioterritoriais
MAST, MST, MLT, MUB
2006*
5 Movimentos Socioterritoriais
MAST, MBUQT, MLST, MST, Unidos pela Terra
2007*
8 Movimento Socioterritorial
CONTAG, CTV, CUT, FERAESP, MAST, MST, MTB, UNITERRA
2008
9 Movimento Socioterritorial
FETRAF, MAST, MLST, MST, MST DA BASE**, MTB, MTST, UNITERRA, VIA CAMPESINA
Total no período⁶ = 23

Fonte: DATALUTA - Banco de Dados de Luta pela Terra, 2009.
www.fct.unesp.br/nera

⁶ Para calcular o total de movimentos socioterritoriais que participaram no período, comparamos ano a ano somente os movimentos socioterritoriais que realizaram ocupações. Essa comparação não é acumulativa, ou seja, não é realizada a partir da soma do número de movimentos apurados durante o período de 2000-2008.

*Em 2005 foi registrada uma ocupação conjunta, em 2006 foram registrados 2 ocupações conjuntas e 2007 foram registradas 9 ocupações conjuntas, com atuação individual apenas do MST. ** Denominação dada ao movimento organizado por José Rainha Junior

Mapa 1 - Pontal do Paranapanema - Geografia dos Movimentos Socioterritoriais - 2000-2008
Número de famílias em ocupações - Por município



Por fim, as dissensões são resultados de divergências político-ideológicas na qual os objetivos norteadores resultam na criação de uma diversidade de grupos sociais organizados em

torno de projetos políticos diferentes e que lutam sob uma perspectiva transformadora. Porém, vale ressaltar que é o projeto político de cada movimento o elemento responsável pela transformação e pelos limites transformadores ao qual este grupo esta se submetendo e transformando a realidade, ou seja, o espaço/território. Observa-se que nesse processo alguns movimentos dissidentes estão se integrando ao capital como, por exemplo, o MAST que se estrutura nos ideais neoliberais (Lima, 2006).

O “MST DA BASE” e JOSÉ RAINHA JUNIOR

O “MST da Base” é a denominação dada ao grupo de trabalhadores rurais sem terra que estão articulados na luta pela terra com a liderança José Rainha Junior desde 2003. Diferentemente de outros movimentos dissidentes, foi criado com uma frente de massa consolidada. Atualmente conta com acampamentos, alianças com outros movimentos e sindicatos e com a produção organizada em associações, cooperativas e outras como a FAAAPOP – Federação das Associações dos Assentados e Agricultores Familiares do Oeste Paulista.

Essa estrutura organizacional do movimento, tanto expressa na frente de massa quanto na produção, provém da experiência e da liderança José Rainha Junior. O MST da Base tem a sua organização centrada na liderança José Rainha Junior, juntamente à sua esposa Diolinda Alves de Souza. Seria impossível compreender a estrutura, história e ação do movimento separadamente da personalidade de José Rainha Junior.

José Rainha Junior é um dos principais personagens para se compreender a luta pela terra na região do Pontal do Paranapanema e um dos responsáveis pela construção da identidade do camponês sem-terra. Em entrevista José Rainha Junior afirma que chegou ao Pontal do Paranapanema em 1991

vindo do Estado do Maranhão. Nascido no Estado do Espírito Santo, filho de pequenos proprietários que ao perderem suas terras foram proletarizados, Rainha começou suas lutas com 17 anos em 1978 Junto ao frei Beto. Na igreja fez seu primeiro trabalho de militância nas CEBs - Comunidades Eclesiais de Base sob o enfoque da Teologia da Libertação. Mais tarde, em 1979, ingressou na campanha da anistia para a volta dos presos políticos para o país. Em 1980, ingressou no movimento sindical dos trabalhadores rurais da região de Linhares, onde morava. Fez toda a militância da igreja no movimento sindical e assumiu o sindicato dos trabalhadores de Linhares em 1981. Contribuiu para a fundação da CUT – Central Única dos Trabalhadores, ajudou a fundar o PT – Partido dos Trabalhadores e em 1984 a fundar o MST.

Em 1985 ingressou no MST e foi desafiado a articular o movimento no Nordeste. Saiu do Espírito Santo em 1986 para morar em todos os estados do Nordeste com o objetivo de construir o MST. Morou em Imperatriz no Maranhão e, em meados de 1989, decidiu ir para o sul do Pará onde foi ameaçado de morte e, por isso, optou vir para o Pontal do Paranapanema no Estado de São Paulo. Em 1991, José Rainha Junior ou “Zé Rainha”⁷ como era conhecido pelos militantes, chegou ao Pontal do Paranapanema e se destacou na posição de coordenador regional do movimento.

Sua participação no movimento provinha da natureza da sua militância e história no movimento sindical e na igreja. No MST Rainha se destacou como liderança da frente de massa, fazendo acampamentos e sendo reconhecido como o líder que mais fazia ocupações de terras. Foi protagonista de muitas ocupações de terras e manifestações do movimento. Também foi

⁷ José Rainha Junior é conhecido e referenciado como “Zé Rainha” pelos militantes, ruralistas, jornais, revistas, intelectuais e estudiosos, portanto, será comum o uso de seu apelido nesse relatório.

condenado à prisão, ficou preso várias vezes⁸, debateu com lideranças da UDR – União Democrática Ruralista, foi reconhecido pelos jornais e revistas como o principal militante do MST (Welch, 2009) e reconhecido nacionalmente e internacionalmente como um dos personagens mais conhecidos da luta pela terra. No transcorrer dos anos foram muitas as ações do MST dirigidas por José Rainha. Por isso destacou-se no movimento até seu afastamento.

Sobre a sua saída, em entrevista, José Rainha afirma que em 2003 fora afastado da direção do movimento sob alegação de isolamento, de não cumprir as normas da direção e outros processos. Mesmo afastado do movimento, José Rainha foi preso pela sua participação em ocupações e formação de quadrilha. Rainha ficou preso por quatro meses e meio. Ao sair da cadeia lideranças do MST tentaram aproximação, porém, Rainha não aceitou o convite por discordar da idéia de que depois da cadeia pudesse retornar para a instância como se a cadeia perdoasse o seu afastamento:

Ai quando eu sai da cadeia. Eles disseram: - não agora você vai voltar para a direção. Eu disse: - mas a pena foi a cadeia de direito? Se eu estava errado antes eu não poderia voltar para a instância. Não agora você vai voltar para a instância. Mas com qual base? Eu fiquei quatro meses e meio na cadeia por causa de uma luta justa e agora eu estou perdoado pelo tempo de cadeia? Não estou entendendo. Se eu não poderia estar antes, não posso depois. Então vai continuar igual, eu não aceito o convite (Entrevista com José Rainha Junior, 2010).

⁸ José Rainha e Diolinda Alvez de Souza foram condenados a 2 anos de prisão com direito a cumprirem em regime aberto por formação de quadrilha. Sua condenação refere-se a comandar 2.500 trabalhadores rurais sem terras a ocupar a fazenda São Domingos em Sandovalina no ano de 1995. (Cubas, 2009. p. 33)

Após recusar o convite de retorno para o MST José Rainha continuou na luta pela terra com grupo que acreditava em sua luta. Suas ações continuaram e no transcorrer dos anos ganharam representatividade. Cubas (2009) analisando o discurso dos jornais retrata alguns pontos importantes nessa luta, como as ocupações de terras de seu grupo:

No ano de 2005, foram 45 ocupações registradas no DATALUTA Ocupações. O ciclo começou forte com o Abril Vermelho e a mobilização foi retomada com força a partir do mês junho. O conflito que depois culminaria em nova prisão de Rainha ocorreu no início de junho quando grupos de sem-terra coordenados por Rainha ocupavam seis fazendas em apenas uma semana, acusado de “depredação de patrimônio particular”, Rainha – que nem apareceu nas ocupações – foi preso pela polícia em 6 de Setembro (O Imparcial – 7 de Set. de 2005, p. 5B). (CUBAS, 2009. p. 67)

Na análise dos recortes de jornais, Cubas (2009) evidencia um processo de disputa territorial marcante na luta pela terra na região, pois além da disputa pela atenção dos jornais levada a cabo pelo MST e pela UDR, o MST passa a disputar espaço material e imaterial com o MST da Base:

Então, os 26 artigos ajudam separar três narrativas paralelas, mas complementares: uma de Rainha e Diolinda, outra do MST Nacional articulado por Cido Maia e Stédile, finalmente, a de Nabhan da UDR e o governo, os dois que condenam as ocupações. O personagem principal, José Rainha, passa a dividir as atenções da imprensa com Cido Maia, entre outros líderes do MST que começavam a realizar a estratégia de ocupações do MST e disputar o território do Pontal do Paranapanema não apenas com os ruralistas, mas também com a forte liderança estabelecida por Rainha. A imprensa relata os conflitos agora com mais

hostilidade que em 1998 e aproveita o racha para desvalorizar ainda mais a luta pela terra e as políticas públicas de Reforma Agrária. (CUBAS, 2009. p. 68)

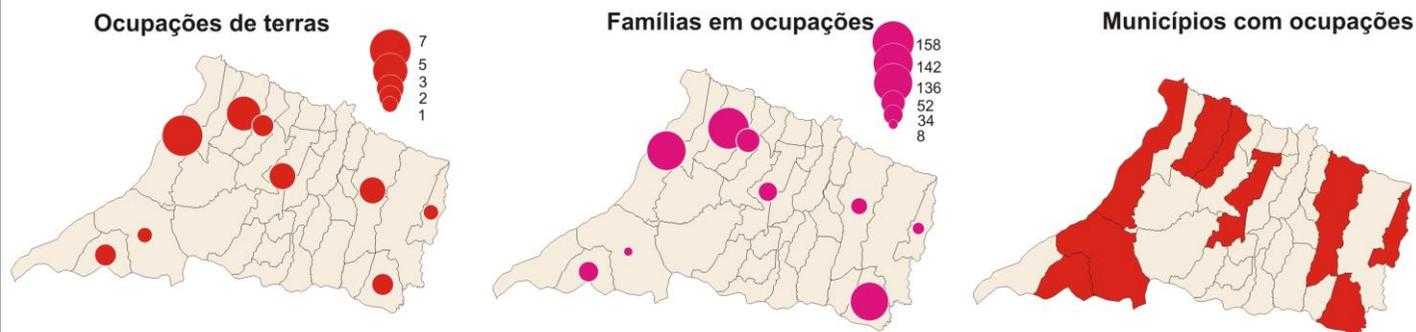
Identificado como dissidência pelos jornais o MST da base promete nova onda de ocupações e evidencia que seu Projeto Político está vinculado ao do Governo do Presidente Lula.

Já o MST da Base coordenado por Rainha prometeu novas ocupações para Setembro numa reportagem do Oeste Notícias, com o título “Rainha promete novas invasões” e o chapéu “Conflito Fundiário”. “O povo só é ouvido desse jeito” (Oeste Notícias – 4 de Set. de 2005, p. 1.3), aí Rainha afirma a volta de um ciclo de ocupações. Ao ponto que o MST Nacional anunciou o rompimento com o governo Lula, Rainha ainda faz questão de defendê-lo, pois isentou Lula de culpas pela morosidade Reforma Agrária e delegou a mesma ao ministro do Desenvolvimento Agrário em 2005, Miguel Rosseto (Oeste Notícias – 4 de Set. de 2005, p. 1.3). (CUBAS, 2009. p. 73).

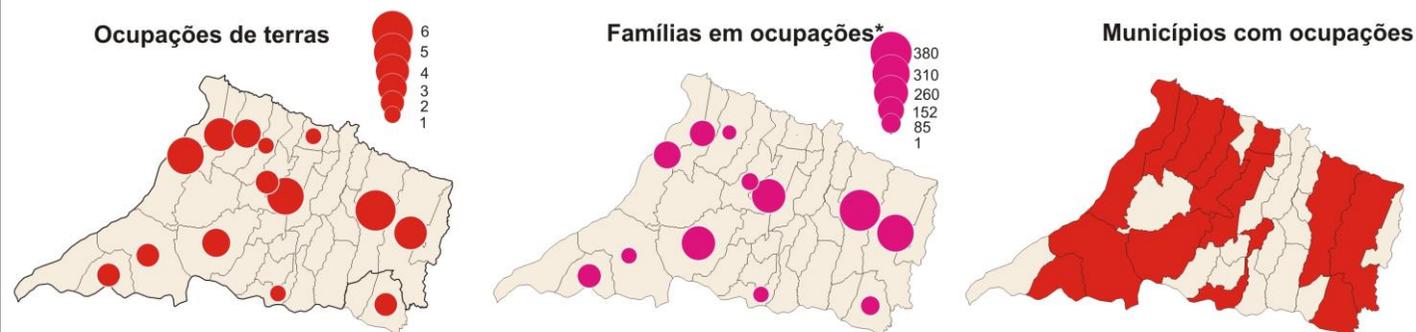
José Rainha Junior continua se consolidando com uma dissidência importante e espacializando a luta do MST da Base no Pontal do Paranapanema. No transcorrer dos anos cada vez mais o MST da Base vem ganhando projeção e realizando ocupações com número maior de famílias, movimentos e sindicatos que apóiam o movimento. Através dos dados do DATALUTA, que registra as atuações do MST da Base desde 2008, podemos acompanhar o processo de espacialização do movimento na figura 1.

Figura 1 - Espacialização do MST da Base no Pontal do Paranapanema - 2008-2009
Ocupações, municípios com ocupações e famílias em ocupações de terras

Ano: 2008



Ano: 2009



Legenda

 Municípios com ocorrência de ocupações de terras

*No ano de 2009 em alguns municípios não foi registrado o número de famílias

** Segundo o IBGE calcula-se cinco pessoas por família

Estado de São Paulo - Localização do Pontal do Paranapanema



Fonte: DATALUTA - Banco de Dados da Luta Pela Terra

Cartografia: José Sobreiro Filho

Software de Cartomática: Philcarto

Edição Gráfica: Corel Draw x3

Base cartográfica: Eduardo P. Girardi

Pres. Prudente, 24 de Junho de 2009.

José Rainha Junior continua realizando ocupações de terras e utilizando o nome do MST e reconhecendo o seu grupo e a si mesmo como integrante do MST. Em contraposição o MST nacional, em nota publica, alega que José Rainha não pode falar em nome do MST e que não faz parte do movimento:

José Rainha Junior, não faz parte de nenhuma instância nacional, estadual ou local do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST). E, portanto, em seus pronunciamentos públicos, audiências com autoridade e nos espaços que a mídia tem lhe reservado, ele fala unicamente em nome pessoal e não em nome do MST. (MST, 2007)

Em entrevista José Rainha Junior afirma ser do movimento devido à sua própria história e ao fato de que seria impossível o MST como um movimento da massa negar a própria massa. Além de relevar que seria uma contradição o MST negar a massa, também diz que optou por ficar com o “MST da poeira”, ou seja, com os trabalhadores da frente de massa enquanto outros queriam o “MST do salão”:

Porque nós somos da base, nós somos da massa, daqueles que votam. Diria que tem o MST do Salão e o MST da Poeira. Eu fiquei com o da poeira. Minha história foi feita com os acampamentos, morando e vivendo. Agora se tem dirigente que prefere ficar no salão o problema é deles (ENTREVISTA JOSÉ RAINHA JUNIOR, 2010).

Outra parte importante nesse debate é sobre a legitimidade do MST da Base, além de estar articulando a base, também há o reconhecimento por parte do Governo Federal:

Quando eu digo o MST da Base é porque eu digo que se articula a base, se esta dentro da base, se eu sou o MST de Base eu podia dizer do MST de Cúpula, mas eu não

quero dizer que é de cúpula, eu quero dizer que é que da base nós somos, nós somos da base do MST, embora porque qual é o reconhecimento ali, a legitimidade que alguém tem para dizer que nós não somos movimento dos Sem-Terra? Eu fundei o Movimento Sem-Terra, porque eu tenho uma história e história de liderança não é título que se dá a ninguém. São conquistas. Se então o MST tem dentro dele uma eleição eu tenho uma conquista. Agora a minha conquista não é fruto da mídia, da televisão, do Jornal, é fruto de luta, de 25 anos de luta no movimento e que todos reconhecem desde ao mais simples no acampamento até ao Presidente Lula, não só pela amizade, mas é o reconhecimento. Então quando o governo vem sentar com nós é porque reconhece, quando o Lula esta na sua programação para vim numa promoção aqui no Pontal é porque nós vamos botar 10 mil. Olha companheiro, que movimento, que Zé Rainha isolado é esse, que crítico é esse que bota 10 mil para o Presidente e põe mais se ele vir aqui. (ENTREVISTA JOSÉ RAINHA JUNIOR, 2010).

José Rainha Junior se ampara no reconhecimento do Governo Federal e na massa de trabalhadores que luta com ele para legitimar o movimento como MST e a denominação “MST da Base” se justifica visa evidenciar que a massa é a base do movimento.

Sua colocação quanto à proximidade com o governo Lula reflete que seu Projeto Político está vinculado ao do governo Lula, e diretamente aos programas de incentivo à produção de biodiesel. Rainha afirma que dentre os objetivos do MST da Base, o fortalecimento do governo Lula e o apoio à candidatura a Presidência Dilma Rousseff é destaque por estarem vinculados ao projeto do Governo Lula:

Não, nosso projeto é fortalecer o governo Lula, eleger a presidente Dilma como a maior, primeira mulher na

história desse país, eleger o máximo possível de deputados da base aliada do PT, do PCdoB e do PSB para continuar o projeto. Nós queremos, nos estamos dentro do projeto do partido dos trabalhadores, estamos dentro do projeto que o Lula implantou nesse país e com certeza será continuado com a Dilma. O nosso lado é esse. (ENTREVISTA JOSÉ RAINHA JUNIOR, 2010)

Assim, o MST da Base se demonstra como um movimento que apóia o Projeto Político do governo Lula e o fortalecimento da base aliada aos trabalhadores para que possa dar continuidade aos projetos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para se compreender geograficamente os movimentos faz-se necessário tomar como referência seus conceitos (espaço, território e etc.) e o método geográfico, que, por conseqüência, prevê a realização de uma análise conjunta com outras disciplinas. Se não entendermos que o espaço social é uma dimensão completa que complementa o espaço geográfico caminharemos para uma compreensão da realidade confusamente percebida, ou seja, deve-se entender que algumas partes são um todo. Nesse sentido, a geografia ruma na construção do conceito de movimentos socioterritoriais com o objetivo de desfragmentar as leituras do espaço evitando não cair em uma análise limitada, incompleta, uniescalar e unidimensional negando a totalidade do espaço. Essa proposição conceitual visa evitar possíveis erros de que algumas partes sejam transformadas em todo e o todo transformado em parte de modo que o conceito de movimentos socioterritoriais se aproxime mais do todo, ou seja, do espaço geográfico.

Assim, fica evidente que o que difere a abordagem sociológica da geográfica é uma diferença de perspectiva sobre

um mesmo objeto devido à estrutura de cada ciência. Essas perspectivas diferentes é que resultarão em concepções diferenciadas de um mesmo objeto e não em objetos diferentes.

Por fim, o desafio que cabe a nós geógrafos é o de reconhecer o valor social dos objetos e nos trabalhos sociológicos sob um enfoque geográfico. O que deve ser valorizado nesse sentido é a capacidade de adequação que o geógrafo terá em trazer elementos das outras ciências de modo que se estabeleça uma continuidade no enfoque geográfico para evitar faltar com a geografia em uma negação sistêmica do espaço como um híbrido de dimensões.

REFERENCIAL BIBLIOGRÁFICO

CUBAS, Tiago Egídio Avancio. **Estudo da contribuição da imprensa na representação dos camponeses e ruralistas no Pontal do Paranapanema de 1998 a 2008**. 2009. 107 f. (Monografia em Geografia) - Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho. Presidente Prudente, 2009.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **A Ocupação como forma de acesso à terra**. In: XXIII, Congresso Internacional da Associação de Estudos Latino-Americanos, 2001, Washington – DC, 2001.

_____. **Contribuição ao estudo do campesinato brasileiro: formação e territorialização do movimento dos trabalhadores rurais sem-terra MST (1979-1999)**. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo – USP. São Paulo. 1999. (Tese de doutorado em Geografia).

_____. **Espacialização e territorialização da luta pela terra: a formação do MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra no Estado de São Paulo**. Universidade de São Paulo, Faculdade de Filosofia,

Letras e Ciências Humanas. São Paulo. 1994. 218 f. (Dissertação, Mestrado em Geografia).

_____. **Movimentos socioterritoriais e movimentos socioespaciais.** Observatório Social de América Latina., v. 16, pp. 273-284. Buenos Aires: CLACSO, 2005.

_____. **Questão Agrária: conflitualidade e desenvolvimento territorial.** In: Luta pela Terra: Reforma Agrária e Gestão de Conflitos no Brasil. Antônio Márcio Buainain (Editor). Edira Unicamp. Campinas, 2009.

_____. **Sobre a tipologia de territórios.** In. SAQUET, Aurélio Marcos; SPOSITO, Eliseu Savério. Territórios e territorialidades: teorias, processos e conflitos. São Paulo. p. 197-215. Expressão Popular, 2009.

_____; WELCH, Clifford Andrew. **Relatório DATALUTA PONTAL 2007.** Presidente Prudente, NERA, 2008.

_____; WELCH, Clifford Andrew; CLEPS, João & FABRINI, João Edmilson. **Relatório DATALUTA 2007.** Presidente Prudente, NERA, 2008.

FELICIANO, Carlos Alberto. **A Geografia dos Assentamentos Rurais no Brasil: O MST e MAST no Pontal do Paranapanema/SP.** Universidade de São Paulo, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. São Paulo. 1999. 131 f. (Monografia em Geografia).

GEORGE, Pierre. **Sociologia e Geografia.** São Paulo. Forense, 1969.

GIRARDI, Eduardo Paulon. **Atlas da Questão Agrária Brasileira.** 2008.

GOHN, Maria da Glória. **Teorias dos Movimentos Sociais – Paradigmas Clássicos e Contemporâneos**. São Paulo. Edições Loyola. 1997.

_____. **Movimentos sociais e redes de mobilização civis no Brasil contemporâneo**. Petrópolis. Editora Vozes. 2010.

JOLY, Fernand. **A cartografia**. Campinas. Papirus. 2001.

KAUTSKY, Karl. **A Questão Agrária**. Brasília. Instituto Teotônio Vilela, 1998.

LEITE, José Ferrari. **A ocupação do Pontal do Paranapanema**. Presidente Prudente. Hucitec, 1981.

LIMA, Edvaldo Carlos de. **Os Movimentos Sociais de Luta Pela Terra e Pela Reforma Agrária no Pontal do Paranapanema (SP): Dissidências e Dinâmica Territorial**. Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Presidente Prudente. 2006. 120 f. (Dissertação, mestrado em Geografia)

MARX, Karl. **Contribuição à Crítica da Economia Política**. São Paulo. Expressão popular. 2008.

MÉSZÁROS, István. **A teoria da alienação em Marx**. São Paulo. Boitempo Editorial. 2006.

MONBEIG, Pierre. - **Pioneiros e fazendeiros de São Paulo**. São Paulo: Hucitec, 1984.

MST. **Nota Publica do MST**. 2007. (www.mst.org.br)

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. **Agricultura camponesa no Brasil**. São Paulo: Contexto, 1991.

PEDON, Nelson Rodrigo. **Movimentos Socioterritoriais: Uma Contribuição Conceitual à Pesquisa Geográfica**. Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Presidente Prudente, 2009. 235 f. (Tese, Doutorado em Geografia) -

SANTOS, Milton. **A Natureza do Espaço**. São Paulo. Edusp. 2008.

_____. **Espaço e Método**. São Paulo. Nobel. 1985.

_____. **Por Uma Geografia Nova**. São Paulo. Hucitec. 1978.

SCHNEIDER, Sergio; TARTARUGA, Peyrê. **Do território geográfico à abordagem territorial do desenvolvimento rural**. In: *Jornadas de Intercâmbio y Discusión: El Desarrollo rural em su perspectiva institucional y territorial*. CLACSO: Buenos Aires, 2005.

SPOSITO, Eliseu Savério. **Geografia e Filosofia: contribuição para o ensino do pensamento geográfico**. São Paulo. Editora da Unesp, 2004.

SOBREIRO FILHO, José. **Os MST's do Pontal do Paranapanema: dissensão na formação dos movimentos camponeses**. 2010. Relatório de pesquisa - FAPESP. (Disponível em http://www4.fct.unesp.br/nera/projetos/relatorio_nino2.pdf)

THOMAZ JUNIOR, Antonio. **Não há nada de Novo sob o Sol num Mundo de Heróis! (A Civilização da Barbárie na Agroindústria Canavieira)**. Revista Pegada, Presidente Prudente, v. 8, n. 2, p. 05-25, dez. 2007.

WELCH, Clifford Andrew. **Mobilização camponesa no Pontal: retratos de permanências e transformações de relações sociais no campo, 1946 – 1996**. http://www4.fct.unesp.br/nera/artigodomes/1artigodomes_2009.pdf, acessado em 10 de abril de 2009.